

SINDICATO DÁ INÍCIO AO PROCESSO DE REFORMA ESTATUTÁRIA

Foi dado início ao processo de reforma no Estatuto do SINDISPGE. Na quarta-feira 26/01 foi enviado um e-mail aos filiados com a primeira versão da proposta elaborada pela Diretoria para o novo Estatuto. Foi solicitado aos colegas que a analisassem, e nos apresentassem suas dúvidas, críticas e sugestões até o dia 14 de fevereiro, remetendo-as para o para o e-mail sindispge@sindispge.org.br. A partir do recebimento destas contribuições, serão avaliadas possíveis modificações, e apresentada uma versão final, para ser levada à votação em Assembleia Geral.



As principais alterações propostas são as seguintes:

- Criação da classificação dos filiados, com a inclusão do “filiado afeito”. (Art. 4º, II).
- Ampliação dos prazos de filiação necessários para votar e ser votado nas eleições sindicais, respectivamente para 180 dias e dois anos, antes da data prevista para a eleição. (Art. 7º, §3º e §4º).
- Criação do Conselho de Representantes. (Art. 16, “d”).
- Retirada da previsão de Assembleia Geral descentralizada e redução do tempo da segunda chamada para 15 minutos. (Art. 17, §1º e Art. 18, “b”).
- Alteração do momento da fixação do valor da contribuição social, para ocorrer junto com a aprovação do orçamento do exercício seguinte, na AGO de dezembro (Art. 20, “d”).
- Alteração da duração do mandato para 4 anos, a partir da próxima gestão. (Art. 26 e Art. 81).
- Modificação na nomenclatura dos cargos da Diretoria Executiva, ampliação da possibilidade de licença sindical aos membros adjuntos da Diretoria, vedação de mais de uma recondução para o mesmo cargo, e alteração no formato das substituições no caso de vacância ou afastamento. (Art. 26 e Art. 80).
- Retirada da cobrança em dobro na mensalidade de dezembro, referente à gratificação natalina, a partir do exercício seguinte à entrada em vigor do novo Estatuto (Art. 82).

SINDISPGE PREPARA RECEPÇÃO AOS NOVOS ANALISTAS JURÍDICOS SETORIAIS

O quadro de Servidores da PGE teve um incremento considerável, a partir da vigência da Lei Estadual nº 16.165/2024. Passaram a integrar a nossa categoria cerca de 800 novos colegas, que anteriormente ocupavam as extintas carreiras de (a) Analista de Projetos e Políticas Públicas - Analista Jurídico, de que trata o inciso I do art. 2º da Lei nº 15.153/2018, e (b) de Especialista em Saúde - Assessor Jurídico, de que trata a Lei nº 13.417/2010.

Como legítimo representante da categoria, nos termos da “carta sindical” conferida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, os Servidores que agora integram o nosso Quadro passam a ser automaticamente representados pelo SINDISPGE, que já está atuando no sentido de garantir a plena integração destes colegas ao nosso Sindicato.

Para tanto, a Diretoria do SINDISPGE vem tendo conversas informais com alguns dos agora analistas jurídicos setoriais, e já agendou visitas oficiais às Procuradorias Setoriais, que ocorrerão no mês de fevereiro e terão por objetivo conhecer as realidades de cada local de trabalho. Além disso, desde o ano passado já estamos tratando o tema “Procuradorias Setoriais” junto à Administração da PGE, por meio da Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Dra. Paula Ferreira Krieger. Foi acertada com ela a realização de uma reunião em conjunto com a coordenação da CAJAPDI após a finalização deste primeiro ciclo de visitas.

Os novos colegas que desejarem solicitar filiação ou agendamento de reuniões com o SINDISPGE podem nos contatar pelo e-mail sindispge@sindispge.org.br ou pelo celular/whatsapp (51) 99856-0406, podendo também nos encontrar no site www.sindispge.org.br e nas redes sociais [instagram.com/sindispgers](https://www.instagram.com/sindispgers) e [facebook.com/SindispgeRS](https://www.facebook.com/SindispgeRS).

ENTIDADES APROVAM ORÇAMENTO DA FESSERGS PARA 2025



A Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Fessergs) promoveu nesta sexta-feira, 17/01, uma Assembleia Geral Ordinária, com suas entidades filiadas, para aprovar a previsão orçamentária do Exercício 2025. O SINDISPGE foi representado no encontro pelo presidente Daniel Franco Martins.

O presidente da Fessergs, Sérgio Arnoud, começou a reunião descrevendo a previsão de receita e de gastos da Federação. Ele acrescentou que as despesas podem sofrer alterações em razão de ações judiciais em que a Fessergs é parte. O dirigente informou ainda que tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei para substituir a contribuição sindical que foi extinta pela Reforma Trabalhista de 2017. Na visão de Sérgio, essa receita é importante para a manutenção das entidades.

Em relação aos pleitos das categorias, Sérgio destacou os movimentos na Assembleia Legislativa para a elaboração de uma proposta com o objetivo de beneficiar os Servidores excluídos na reestruturação das carreiras promovidas pelo Governo do Estado.

REGISTROS

- No dia 14/01 os diretores do SINDISPGE Daniel Franco Martins e Thiago Testa representaram a entidade na inauguração do retrato do procurador Carlos Henrique Kaipper, que comandou a APERGS (Associação dos Procuradores do Estado do RS) e atualmente é o vice-presidente de Núcleos. O evento contou com a presença do Procurador-Geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa.



- No mês de janeiro foram realizadas duas reuniões da Diretoria Ampliada do Sindicato, com a participação dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo e-fiscal, de forma virtual. Nos dias anteriores, foram tratadas a reforma estatutária e a recepção aos analistas jurídicos setoriais, dentre outros.



- No dia 27/01 o presidente do SINDISPGE, Daniel Franco Martins, foi recebido pelo presidente da ALERGS, deputado Adolfo Brito (PP). Acompanharam a reunião os advogados do Sindicato, dr. José Japur e dra. Nathália Quadros, e a chefe de gabinete da Presidência da ALERGS, Jaqueline Nunes.



- A Reunião Ordinária do SINDISPGE com a Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Paula Ferreira Krieger, ocorreu no dia 30/01 de forma virtual e contou com a participação dos diretores Daniel Franco Martins, Thiago Testa e Lucas Wickert. No encontro virtual foram tratados temas como as modificações nas Resoluções 85/2014 e 193/2021, que tratam das remoções dos servidores do nosso quadro; nomeação de novos servidores para os cargos vagos; regime de trabalho e visitas aos analistas jurídicos setoriais.

